

Cooperação internacional é política pública

Kelly C. Silva

Como nunca em nosso país, a cooperação internacional e a ajuda humanitária têm ocupado lugar de destaque no espaço público, refletindo, de certa forma, os esforços do Estado brasileiro em se constituir como um grande jogador em arenas globais de negociação política. A abordagem das ações, estratégias e conflitos da comunidade internacional em resposta à tragédia do terremoto no Haiti indicam a natureza altamente política desse campo de ação, escamoteada, muitas vezes, sob a designação de "ajuda humanitária". Nesse campo, as doações de recursos financeiros, humanos e tecnológicos são capitais políticos que criam redes de obrigação e hierarquias de precedência, concretizando projetos de hegemonia política.

Diferentes setores do governo brasileiro têm assim se articulado de forma a aumentar e acelerar a liberação de recursos para o incremento das ações do Brasil no Haiti. Aos R\$ 800 milhões que, até dezembro de 2009, haviam sido destinados às operações militares do Brasil no país, segundo dados da ONG Contas Abertas, somam-se agora mais R\$ 375 milhões em recursos públicos, os quais serão parcialmente reembolsados pelas Nações Unidas. Estima-se que o montante a ser doado pelo Brasil alcance a cifra de R\$ 1 bilhão, somados os recursos estatais e de entidades privadas, como a Confederação Nacional de Agricultura, segundo declaração do Ministro Celso Amorim.

Chama atenção, contudo, a falta de debate público a respeito do modo como tais recursos são empregados. Ao contrário do que sugerem os noticiários nacionais e internacionais, a ajuda humanitária não ocorre em um vácuo e a reconstrução do Estado e de outras infraestruturas no Haiti não começa do zero. Elas são condicionadas por um longo e complexo processo histórico, inaugurado pela colonização francesa, protagonizado por diferentes grupos das elites haitianas e por intervenções internacionais de natureza diversa. A MINUSTAH é, assim, a quinta missão da ONU no país, tendo sido precedida pela UNMIH (1993 a 1996), UNSMIH (1996 a 1997), UNTMIH (1997) e MIPONUH (1997-2000). Não obstante, o Haiti continua a ser um dos países mais pobres e desiguais do mundo, administrado por um Estado frágil.

Os modos como se organizam a gestão da ajuda humanitária e, a seguir, a execução dos programas de reconstrução e desenvolvimento certamente terão impacto no fortalecimento de diferentes grupos políticos e projetos de país e, por consequência, na estabilização ou não do Haiti. Experiências recentes, como a de reconstrução de Timor-Leste, atestam tal relação.

Em tempos de governança global, em que nossos impostos são empregados além-fronteiras, os apelos de solidariedade de nosso Estado devem ser acompanhados de informes melhor estruturados que respondam não só ao Congresso Nacional, mas a toda sociedade civil que, por meio de suas contribuições, viabiliza tais ações. A nós cabe o direito e a responsabilidade de conhecer em qual projeto de sociedade e desenvolvimento estamos, direta ou indiretamente, investindo e embarcando.

PERFIL

Kelly Silva é professora do Departamento de Antropologia da UnB. Suas atividades de pesquisa concentram-se nas áreas de antropologia do Estado e das elites. Publicou, em parceria com Daniel Simião, "Timor-Leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado" (Editora UFMG, 2007).